



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 3 referem-se ao texto abaixo.

De volta à Antártida

A Rússia planeja lançar cinco novos navios de pesquisa polar como parte de um esforço de US\$ 975 milhões para reafirmar a sua presença na Antártida na próxima década. Segundo o blog Science Insider, da revista Science, um documento do governo estabelece uma agenda de prioridades para o continente gelado até 2020. A principal delas é a reconstrução de cinco estações de pesquisa na Antártida, para realizar estudos sobre mudanças climáticas, recursos pesqueiros e navegação por satélite, entre outros. A primeira expedição da extinta União Soviética à Antártida aconteceu em 1955 e, nas três décadas seguintes, a potência comunista construiu sete estações de pesquisa no continente. A Rússia herdou as estações em 1991, após o colapso da União Soviética, mas pouco conseguiu investir em pesquisa polar depois disso. O documento afirma que Moscou deve trabalhar com outras nações para preservar a "paz e a estabilidade" na Antártida, mas salienta que o país tem de se posicionar para tirar vantagem dos recursos naturais caso haja um desmembramento territorial do continente.

(Pesquisa Fapesp, dezembro de 2010, nº 178, p. 23)

1. A principal delas é a reconstrução de cinco estações de pesquisa na Antártida, para realizar estudos sobre mudanças climáticas, recursos pesqueiros e navegação por satélite, entre outros.

O segmento grifado na frase acima tem sentido

- (A) adversativo.
(B) de consequência.
(C) de finalidade.
(D) de proporção.
(E) concessivo.
2. Em "paz e a estabilidade", na última frase do texto, o emprego das aspas
- (A) indica que esse segmento é transcrição literal do documento do governo russo mencionado no início do texto.
(B) sugere a desconfiança do autor do artigo com relação aos supostos propósitos da Rússia de manter a paz na Antártida.
(C) revela ser esse o principal objetivo do governo russo ao reconstruir estações de pesquisa na Antártida que datam do período soviético.
(D) aponta para o sentido figurado desses vocábulos, que não devem ser entendidos em sentido literal, como o constante dos dicionários.
(E) justifica-se pela sinonímia existente entre paz e estabilidade, o que torna impensável a existência de uma sem a outra.

3. Há exemplos de palavras ou expressões empregadas no texto para retomar outras já utilizadas sem repeti-las literalmente, como ocorre em:

- I. o continente gelado = a Antártida
II. Moscou = a Rússia
III. a revista Science = o blog Science Insider
IV. a potência comunista = a União Soviética

Atende corretamente ao enunciado da questão o que está em

- (A) I e III, apenas.
(B) I e IV, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

Atenção: As questões de números 4 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Quando eu sair daqui, vamos começar vida nova numa cidade antiga, onde todos se cumprimentam e ninguém nos conheça. Vou lhe ensinar a falar direito, a usar os diferentes talheres e copos de vinho, escolherei a dedo seu guarda-roupa e livros sérios para você ler. Sinto que você leva jeito porque é aplicada, tem meigas mãos, não faz cara ruim nem quando me lava, em suma, parece uma moça digna apesar da origem humilde. Minha outra mulher teve uma educação rigorosa, mas mesmo assim mamãe nunca entendeu por que eu escolhera justamente aquela, entre tantas meninas de uma família distinta.

(Chico Buarque. **Leite derramado**, São Paulo, Cia. das Letras, 2009, p. 29)

4. Leia atentamente as afirmações abaixo sobre o texto.
- I. Ao expressar o desejo de viver numa cidade onde todos se cumprimentam e ninguém nos conheça, o narrador incorre numa evidente e insolúvel contradição.
II. A afirmação de que a outra mulher teve uma educação rigorosa é reafirmação, por contraste, de que aquela a quem o narrador se dirige não a teve, o que já estava implícito no propósito de lhe ensinar a falar direito, a usar os diferentes talheres e copos de vinho etc.
III. Ao dizer que sua interlocutora parece uma moça digna apesar da origem humilde, o narrador sugere, por meio da concessiva, que a dignidade não costuma ser característica daqueles cuja origem é humilde.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
(B) II e III, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) II, apenas.



5. ... escolherei a dedo seu guarda-roupa e livros sérios para você ler.
- A expressão grifada na frase acima pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido original, por:
- (A) pessoalmente.
 (B) de modo incisivo.
 (C) apontando.
 (D) entre outras coisas.
 (E) cuidadosamente.

6. *Minha outra mulher teve uma educação rigorosa, mas mesmo assim mamãe nunca entendeu por que eu escolhera justamente aquela, entre tantas meninas de uma família distinta.*
- O verbo grifado na frase acima pode ser substituído, sem que se altere o sentido e a correção originais, e o modo verbal, por:
- (A) escolheria.
 (B) havia escolhido.
 (C) houvera escolhido.
 (D) escolhesse.
 (E) teria escolhido.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Cartão de Natal

*Pois que reinaugurando essa criança
 pensam os homens
 reinaugurar a sua vida
 e começar novo caderno,
 fresco como o pão do dia;
 pois que nestes dias a aventura
 parece em ponto de voo, e parece
 que vão enfim poder
 explodir suas sementes:*

*que desta vez não perca esse caderno
 sua atração núbil para o dente;
 que o entusiasmo conserve vivas
 suas molas,
 e possa enfim o ferro
 comer a ferrugem
 o sim comer o não.*

João Cabral de Melo Neto

7. No poema, João Cabral
- (A) critica o egoísmo, e manifesta o desejo de que na passagem do Natal as pessoas se tornem generosas e façam o *sim comer o não*.
 (B) demonstra a sua aversão às festividades natalinas, pois *nestes dias a aventura parece em ponto de voo*, mas depois a rotina segue como sempre.
 (C) critica a *atração núbil para o dente* daqueles que transformam o Natal em uma apologia ao consumo e se esquecem do seu caráter religioso.
 (D) observa com otimismo que o Natal é um momento de renovação em que os homens se transformam para melhor e fazem o *ferro comer a ferrugem*.
 (E) manifesta a esperança de que o Natal traga, de fato, uma transformação, e que, ao contrário de outros natais, seja possível *começar novo caderno*.

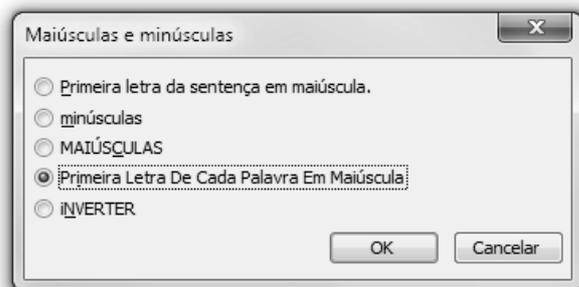
8. É correto perceber no poema uma equivalência entre
- (A) *ferrugem e aventura*.
 (B) *dente e entusiasmo*.
 (C) *caderno e vida*.
 (D) *sementes e pão do dia*.
 (E) *ferro e atração núbil*.

9. Pois que reinaugurando essa criança
- O segmento grifado acima pode ser substituído, no contexto, por:
- (A) Mesmo que estejam.
 (B) Apesar de estarem.
 (C) Ainda que estejam.
 (D) Como estão.
 (E) Mas estão.

10. *que desta vez não perca esse caderno*
- Com a frase acima o poeta
- (A) alude a uma impossibilidade.
 (B) exprime um desejo.
 (C) demonstra estar confuso.
 (D) revela sua hesitação.
 (E) manifesta desconfiança.

Noções de Informática

11. Observe a figura abaixo.



A figura é uma caixa de diálogo típica

- (A) tanto do Microsoft Word quanto do *BrOffice.org* Writer.
 (B) do menu Ferramentas no *BrOffice.org* Writer.
 (C) do menu Ferramentas no Microsoft Word.
 (D) do menu Formatar no *BrOffice.org* Writer.
 (E) do menu Formatar no Microsoft Word.



12. Considere a planilha abaixo, exibida no primeiro momento, na Figura 1 e no segundo momento, na Figura 2.

Figura 1

	A	B
1	Tribunal	
2	Regional	
3	Eleitoral	
4		
5		

Figura 2

	A	B
1		
2		
3	Tribunal Regional Eleitoral	
4		
5		

Para obtenção do conteúdo apresentado na Figura 2

- (A) basta selecionar as células A1, A2 e A3 e utilizar o botão Mesclar células no BrOffice.org Calc.
- (B) basta selecionar as células A1, A2 e A3 e utilizar o botão Mesclar e centralizar no Microsoft Excel.
- (C) é necessário selecionar as células A1 e A2, utilizar o botão Mesclar células e copiar o conteúdo da célula A3, tanto no Microsoft Excel quanto no BrOffice.org Calc.
- (D) basta selecionar as células A1, A2 e A3 e utilizar o botão Mesclar e centralizar, tanto no BrOffice.org Calc quanto no Microsoft Excel.
- (E) é necessário mesclar as células A1, A2 e A3 e digitar as palavras *Regional* e *Eleitoral*, pois os conteúdos das células A2 e A3 serão perdidos, tanto no BrOffice.org Calc quanto no Microsoft Excel.
13. Em relação à restauração de um estado anterior do Windows XP, é correto afirmar:
- (A) a restauração somente tem efeito se realizada em tempo de inicialização do *Windows*.
- (B) dependendo do problema, a restauração pode ser realizada em tempo de inicialização do sistema operacional ou de dentro da própria seção ativa do *Windows*.
- (C) a restauração somente tem efeito se realizada na própria seção ativa do *Windows*.
- (D) quando a restauração é realizada em tempo de inicialização do sistema operacional, o CD de instalação sempre será requisitado.
- (E) em qualquer situação de restauração, o sistema operacional requisitará o CD de instalação.

14. No *Linux*, quando um processo recebe um determinado sinal, via de regra, executa as instruções contidas naquele sinal. O *kill*, que é um comando utilizado para "matar" um processo, pode, também, ser usado para enviar qualquer sinal. Entretanto, se for usado sem o parâmetro de um sinal, ele executará a mesma função do sinal

- (A) *STOP*.
- (B) *SEGV*.
- (C) *TERM*.
- (D) *CONT*.
- (E) *ILL*.

15. Os dispositivos que têm como principal função controlar o tráfego na Internet são denominados

- (A) *switches*.
- (B) computadores.
- (C) roteadores.
- (D) *firewalls*.
- (E) *web servers*.

16. Na Internet, ela é uma rede social que permite comunicar com um grupo de amigos predefinido, aceitando os amigos e restringindo o acesso de estranhos aos seus dados:

- (A) Correio Eletrônico.
- (B) *Twitter*.
- (C) Blog.
- (D) *Facebook*.
- (E) *Weblog*.

17. *Webmail* é um serviço de mensagens eletrônicas na Internet que permite a leitura ou envio de mensagens. Para acessá-lo é necessário instalar no computador

- (A) um programa cliente de correio eletrônico.
- (B) um programa cliente de correio eletrônico e um navegador.
- (C) um servidor de correio IMAP.
- (D) um navegador, apenas.
- (E) um servidor de correio POP3.



18. Arquivos de dados produzidos por suíte de aplicativos para escritório, por ex. *Microsoft Office*, costumam ser alvo predileto de contaminação por

- (A) *trojans*.
- (B) *worms*.
- (C) *hijackers*
- (D) vírus de *boot*.
- (E) vírus de macro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

19. A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros

- (A) do Senado Federal, apenas.
- (B) da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (C) da Câmara dos Deputados, apenas.
- (D) das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (E) das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

20. Com relação ao Presidente e Vice-Presidente da República, considere:

- I. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
- II. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á novas eleições no prazo máximo de sessenta dias corridos.
- III. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, e do Supremo Tribunal Federal.
- IV. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

21. O Supremo Tribunal Federal

- (A) compõe-se de nove Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) tem competência para processar e julgar originariamente os membros dos Tribunais Superiores nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.
- (C) é composto por Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (D) é composto por Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Congresso Nacional.
- (E) tem competência para processar e julgar originariamente os *habeas corpus*, quando o coator for Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica.

22. O Tribunal Superior Eleitoral

- (A) elegerá obrigatoriamente seu Corregedor-Geral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) elegerá obrigatoriamente seu Corregedor-Geral dentre os Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.
- (C) compor-se-á, no mínimo, de onze membros, escolhidos, dentre outros, por nomeação do Presidente da República, três juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos, dentre outros, mediante eleição, pelo voto secreto, dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) compor-se-á, no mínimo, de onze membros, escolhidos, dentre outros, mediante eleição, pelo voto secreto, dois juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Direito Eleitoral

23. Os membros das Juntas Eleitorais serão nomeados sessenta dias antes das eleições

- (A) depois da aprovação do Tribunal Regional Eleitoral, pelo Presidente deste.
- (B) pelo Juiz de Direito da respectiva Zona Eleitoral, independentemente de qualquer aprovação.
- (C) pelo Juiz de Direito da respectiva Zona Eleitoral, após aprovação dos partidos políticos.
- (D) pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, após indicação do Tribunal Regional Eleitoral a que pertencer.
- (E) pelo escrivão eleitoral indicado pelo Tribunal Regional Eleitoral a que pertencer.



<p>24. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outras atribuições, processar e julgar originariamente</p> <p>(A) a suspeição e o impedimento do Procurador-Geral Eleitoral.</p> <p>(B) os conflitos de jurisdição entre Juízes Eleitorais do respectivo Estado e de outro Estado da Federação.</p> <p>(C) a suspeição ou impedimento aos membros do próprio Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(D) o registro de candidatos à Presidente e Vice-Presidente da República.</p> <p>(E) os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos cometidos pelos juízes do próprio Tribunal Regional Eleitoral.</p>	<p>28. De acordo com a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), no processo de impugnação de registro de candidatura,</p> <p>(A) o Ministério Público, encerrado o prazo da dilação probatória, não poderá apresentar alegações, se não tiver sido o impugnante.</p> <p>(B) poderá figurar como impugnante qualquer pessoa.</p> <p>(C) a defesa só poderá ser feita pelo partido a que pertencer o candidato.</p> <p>(D) não será admitida a produção de prova testemunhal.</p> <p>(E) a impugnação deverá ser feita em petição fundamentada, no prazo de cinco dias, contados da publicação do pedido de registro de candidatura.</p>
<p>25. A requisição de força federal necessária ao cumprimento de decisão do Tribunal Regional Eleitoral compete ao</p> <p>(A) próprio Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(B) Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(C) Presidente do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(D) Governador do respectivo Estado.</p> <p>(E) Procurador Regional Eleitoral.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 29 a 32 referem-se à Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições).</p> <p>29. Se o registro do candidato estiver <i>sub judice</i>, ele</p> <p>(A) poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral, enquanto estiver sob essa condição.</p> <p>(B) não poderá utilizar o horário gratuito na televisão.</p> <p>(C) não poderá utilizar o horário gratuito no rádio.</p> <p>(D) não terá seu nome mantido na urna eletrônica enquanto estiver sob essa condição.</p> <p>(E) os votos a ele atribuídos não terão validade se não ocorrer o deferimento do seu registro até a proclamação do resultado das eleições.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 26 e 27 referem-se à Lei nº 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos).</p> <p>26. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, cujos programas NÃO estão obrigados a respeitar</p> <p>(A) o pluripartidarismo.</p> <p>(B) a soberania nacional.</p> <p>(C) o regime democrático.</p> <p>(D) as orientações políticas do Presidente da República.</p> <p>(E) os direitos fundamentais da pessoa humana.</p>	<p>30. A denominação da coligação poderá</p> <p>(A) fazer referência ao nome de candidato dela integrante.</p> <p>(B) coincidir com o nome de candidato dela integrante.</p> <p>(C) ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram.</p> <p>(D) incluir o número de candidato dela integrante.</p> <p>(E) conter pedido de voto para partido político.</p>
<p>27. A respeito da fusão e incorporação de partidos políticos, considere:</p> <p>I. Na hipótese de fusão, a existência legal do novo partido tem início com o registro dos estatutos do novo partido no Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>II. No caso de incorporação, o instrumento respectivo deve ser levado ao Ofício Civil competente, que deve, então, cancelar o registro do partido incorporado a outro.</p> <p>III. Adotados o estatuto e o programa do partido incorporador, realizar-se-á, em reunião conjunta dos órgãos nacionais de deliberação, a eleição do novo órgão de direção nacional.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II,</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>31. É permitida a veiculação de propaganda eleitoral através de</p> <p>(A) faixas e estandartes em cinemas, clubes e lojas.</p> <p>(B) faixas em postes de iluminação pública e sinalização de tráfego.</p> <p>(C) inscrição a tinta em paradas e ônibus, passarelas e pontes.</p> <p>(D) faixas em árvores e jardins localizados em áreas públicas, desde que não lhes cause danos.</p> <p>(E) distribuição de folhetos editados sob a responsabilidade de partido, coligação ou candidato.</p>



32. Tício pretende candidatar-se a Deputado Estadual e completará a idade mínima constitucional de 21 anos no ano em que se realizam as eleições. Nesse caso, Tício só terá o registro de sua candidatura deferido e só poderá concorrer ao pleito se completar 21 anos até a data
- (A) do registro da candidatura.
 (B) da posse.
 (C) da convenção partidária.
 (D) da proclamação dos eleitos.
 (E) da diplomação.

Direito Administrativo

33. Constitui traço distintivo entre sociedade de economia mista e empresa pública:
- (A) forma de organização, isto é, forma jurídica.
 (B) desempenho de atividade de natureza econômica.
 (C) criação autorizada por lei.
 (D) sujeição a controle estatal.
 (E) personalidade jurídica de direito privado.
34. Constitui motivo para rescisão do contrato administrativo:
- (A) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.
 (B) o atraso superior a sessenta dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obra já recebida.
 (C) o atraso no início da obra, serviço ou fornecimento, ainda que justificado.
 (D) a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor contratual em vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado do contrato.
 (E) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, mesmo quando não impeditivos da execução contratual.
35. No que concerne aos princípios das licitações, é correto afirmar:
- (A) O desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório não torna inválido o procedimento licitatório.
 (B) Apenas o licitante lesado tem direito público subjetivo de impugnar judicialmente procedimento licitatório que não observou ditames legais.
 (C) A licitação não será sigilosa, sendo públicos todos os atos de seu procedimento, como por exemplo, o conteúdo das propostas, inclusive quando ainda não abertas.
 (D) É possível a abertura de novo procedimento licitatório, ainda que válida a adjudicação anterior.
 (E) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas, sob pena de nulidade.

Administração Pública

36. Em face do Código de Ética do Servidor Público Federal, considere as seguintes afirmações:
- I. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida de cada servidor público. Entretanto, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
 II. A ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho, não é fator de desmoralização do serviço público
 III. Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal, é dever fundamental do servidor público.
 IV. O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.
 V. Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 (B) I e III.
 (C) II, III e V.
 (D) II e IV.
 (E) III, IV e V.
37. Considerando a Organização Administrativa Brasileira, é correto afirmar que
- (A) a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios são entidades estatais.
 (B) o Brasil é uma confederação formada pela união indissolúvel dos Estados-membros, dos Municípios e do Distrito Federal
 (C) os poderes e competências dos Municípios são delimitados por ato do Presidente da República.
 (D) as empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a administração direta da União, dos Estados-membros e dos Municípios.
 (E) Os Ministérios são órgãos autônomos, unipessoais, integrantes da administração indireta, porém vinculados à Presidência da República
38. Na organização administrativa da União, a defesa sanitária animal e vegetal é competência do Ministério
- (A) do Desenvolvimento Agrário.
 (B) do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
 (C) do Meio Ambiente.
 (D) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
 (E) da Saúde.



39. A repartição de funções entre os vários órgãos de uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública é conceito de

- (A) desconcentração.
- (B) descentralização.
- (C) descentralização por serviços.
- (D) delegação de competência.
- (E) desmembramento.

Administração Financeira e Orçamentária

40. Em relação ao ciclo orçamentário,

- (A) o Poder Judiciário goza de autonomia administrativa e financeira e suas propostas orçamentárias não estão sujeitas à qualquer limite para preservar a independência desse poder em relação ao Executivo.
- (B) a consolidação de todas as propostas orçamentárias, no âmbito da União, é efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.
- (C) o projeto de Lei Orçamentária Anual da União será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional em sessão conjunta.
- (D) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual podem ser aprovadas independentemente da existência de recursos necessários à sua execução.
- (E) não há prazos para que o Poder Judiciário e o Ministério Público encaminhem suas propostas orçamentárias para consolidação pelo Poder Executivo.

41. Princípio orçamentário constante da Constituição Federal do Brasil de 1988, que estabelece a proibição de vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções nela contidas:

- (A) Exclusividade.
- (B) Unidade.
- (C) Não afetação de receitas.
- (D) Universalidade.
- (E) Especificação.

42. Analise as seguintes afirmações relativas à Lei das Diretrizes Orçamentárias:

- I. Disporá sobre critérios e forma de limitação de empenho quando as metas de resultado primário e nominal do ente público não possam ser alcançadas.
- II. Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- III. Estabelecerá as despesas de capital para os dois exercícios financeiros subsequentes.
- IV. Conterá Anexo de Metas Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

43. Analise as seguintes afirmações, relativas ao adiantamento de despesas (também conhecido como suprimento de fundos):

- I. Se o suprido não prestar contas no prazo regulamentar, sem justificativa, está sujeito à tomada de contas especial.
- II. É proibido o adiantamento de despesas para servidor responsável por dois suprimentos.
- III. O adiantamento de despesas não precisa ser precedido de empenho.
- IV. É correto efetuar o adiantamento de despesas para atender gastos com prestação de serviços que exijam o pronto pagamento em espécie.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e IV.

44. Restos a pagar processados são despesas ainda não pagas, mas que foram, no exercício corrente

- (A) empenhadas e ainda não liquidadas.
- (B) programadas e empenhadas.
- (C) programadas, mas ainda não empenhadas.
- (D) empenhadas e liquidadas.
- (E) programadas e ainda não liquidadas.

45. As Despesas de Exercícios Anteriores são

- (A) Restos a pagar processados e pagos no exercício subsequente ao do empenho.
- (B) Despesas correspondentes a períodos anteriores e pagas no presente exercício com dotação orçamentária específica para tal fim.
- (C) Restos a pagar cuja prescrição não tenha sido interrompida.
- (D) Despesas pagas em exercícios anteriores correspondentes a serviços prestados no corrente exercício.
- (E) Despesas correspondentes a serviços prestados no corrente exercício mas cujo empenho foi feito em exercícios anteriores.

46. É um crédito adicional cuja finalidade é financiar despesa para a qual não haja dotação orçamentária específica:

- (A) Crédito especial.
- (B) Crédito extraordinário.
- (C) Crédito complementar.
- (D) Crédito suplementar.
- (E) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.



<p>47. É um exemplo de uma despesa de capital:</p> <p>(A) pagamento de juros da dívida pública interna.</p> <p>(B) subvenções econômicas para custeio de empresas estatais dependentes.</p> <p>(C) subvenções sociais para custeio de empresas estatais dependentes.</p> <p>(D) pagamentos a aposentados e pensionistas.</p> <p>(E) aquisição de títulos representativos de capital de empresas em funcionamento.</p>	<p>51. O contrato de prestação de serviços regulado pelo Código Civil brasileiro, quando qualquer uma das partes não souber ler, nem escrever o instrumento</p> <p>(A) deverá obrigatoriamente ser celebrado em cartório através de documento público assinado na presença de duas testemunhas.</p> <p>(B) poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.</p> <p>(C) deverá ser assinado por um terceiro, maior e capaz, designado pelo analfabeto, na presença de três testemunhas.</p> <p>(D) deverá ser assinado por um terceiro, maior e capaz e submetido à homologação judicial.</p> <p>(E) deverá obrigatoriamente ser celebrado com assistência de familiar do analfabeto na presença de duas testemunhas, com posterior registro do documento em cartório.</p>
<p>48. As despesas com pessoal nos Estados, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) NÃO podem exceder</p> <p>(A) 50% de sua receita corrente líquida.</p> <p>(B) 60% de sua receita corrente líquida.</p> <p>(C) 50% de sua receita corrente bruta.</p> <p>(D) 60% de sua receita corrente bruta.</p> <p>(E) 55% de sua receita corrente bruta.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Processual Civil</p> <p>52. O valor da causa</p> <p>(A) quando houver pedido subsidiário corresponderá ao valor da soma dos dois pedidos.</p> <p>(B) quando houver pedidos alternativos corresponderá ao valor da soma dos dois pedidos.</p> <p>(C) na ação de cobrança de dívida corresponderá a soma do principal corrigido monetariamente, sem o acréscimo de juros.</p> <p>(D) poderá ser impugnado pelo réu no prazo da constatação, sendo esta impugnação autuada em apenso ouvindo-se o autor no prazo de cinco dias.</p> <p>(E) será dispensado se a causa não tiver conteúdo econômico imediato.</p>
<p>49. A Lei de Responsabilidade Fiscal veda ao titular do Poder Executivo contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito</p> <p>(A) no último ano de seu mandato.</p> <p>(B) no último trimestre de seu mandato.</p> <p>(C) nos dois últimos trimestres de seu mandato.</p> <p>(D) nos dois últimos quadrimestres de seu mandato.</p> <p>(E) no último bimestre de seu mandato.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Penal</p> <p>53. De acordo com o Código Penal brasileiro, são penalmente inimputáveis:</p> <p>(A) os menores de dezoito anos.</p> <p>(B) os maiores de dezoito e menores de 21 anos.</p> <p>(C) os que praticam fato definido como crime em estado de violenta emoção.</p> <p>(D) os que praticam fato definido como crime em estado de embriaguez, sendo esta voluntária ou culposa.</p> <p>(E) os maiores de setenta anos.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Civil</p> <p>50. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados; os materiais provenientes da demolição de algum prédio e os direitos reais sobre objetos móveis são considerados</p> <p>(A) bem móvel, imóvel e móvel, respectivamente.</p> <p>(B) bens imóveis.</p> <p>(C) bem móvel, móvel e imóvel, respectivamente.</p> <p>(D) bem imóvel, móvel e imóvel, respectivamente.</p> <p>(E) bens móveis.</p>	<p>54. Sobre as penas privativas de liberdade previstas no Código Penal brasileiro, é correto afirmar:</p> <p>(A) No regime fechado, se o condenado trabalhar durante o dia ficará dispensado do isolamento noturno.</p> <p>(B) Considera-se regime semi-aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.</p> <p>(C) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto.</p> <p>(D) No regime fechado é proibido o trabalho externo em qualquer serviço.</p> <p>(E) No regime semi-aberto o condenado deverá trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, fora do estabelecimento e sem vigilância, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.</p>

**Noções de Direito Processual Penal**

55. De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, ao juiz
- (A) é permitido atuar no processo em que parente afim, na linha colateral, em terceiro grau, seja parte.
 - (B) não é vedado exercer a jurisdição no processo, mesmo que tenha funcionado como juiz em outra instância, pronunciando-se de fato ou de direito sobre a questão.
 - (C) não é vedado atuar no processo em que for amigo íntimo de qualquer das partes.
 - (D) é permitido atuar no processo em que parente afim, na linha direta, em segundo grau, não sendo parte, tenha interesse direto no feito.
 - (E) cabe prover a regularidade do processo, bem como manter a ordem dos respectivos atos.

58. De acordo com a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que
- (A) as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na lei podem ser propostas até dois anos após o término do exercício de mandato.
 - (B) será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
 - (C) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam com a publicação da sentença condenatória, ainda que recorrível.
 - (D) às cominações da lei, impostas ao responsável pelo ato de improbidade administrativa, não podem, em qualquer hipótese, ser aplicadas cumulativamente.
 - (E) em qualquer fase do processo, ainda que reconhecida a inadequação da ação de improbidade, não poderá o juiz extinguir o processo sem julgamento do mérito.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

56. Quanto a reversão, é certo que
- (A) a reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.
 - (B) não poderá reverter o aposentado que já tiver completado sessenta e cinco anos de idade.
 - (C) é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
 - (D) é o retorno à atividade de servidor em disponibilidade e far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
 - (E) se fará no interesse da Administração, desde que a aposentadoria ou disponibilidade, não tenha sido voluntária.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins

57. Quanto a competência prevista na Lei nº 9.784/99, que estabelece o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar que
- (A) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
 - (B) o ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
 - (C) o ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.
 - (D) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
 - (E) a competência é renunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

59. Nos processos por delitos eleitorais da competência originária do Tribunal, as testemunhas de acusação serão ouvidas dentro do prazo de
- (A) cinco dias quando o réu estiver preso e dez dias quando solto.
 - (B) dez dias quando o réu estiver preso e trinta dias quando solto.
 - (C) quinze dias quando o réu estiver preso e vinte dias quando solto.
 - (D) vinte dias quando o réu estiver preso e quarenta dias quando solto.
 - (E) sete dias quando o réu estiver preso e quinze dias quando solto.

60. Quanto aos processos no Tribunal Regional Eleitoral, é correto afirmar:
- (A) Os recursos serão interpostos por petição ou oralmente, dirigidos ao Presidente do Tribunal, vedada a apresentação ou juntada de documentos.
 - (B) Não são preclusivos os prazos para interposição de recursos, salvo quando nestes discutir matéria constitucional.
 - (C) Os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, salvo se manifestamente protelatórios e assim declarados na decisão que os rejeitar.
 - (D) A exceção de suspeição ou impedimento do Diretor-Geral da Secretaria, deverá ser oposta no prazo de dez dias, a contar da notificação do excepto ou do impedido.
 - (E) Os recursos eleitorais terão, em qualquer hipótese, efeito suspensivo e devolutivo.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO**

Atenção: A Prova Discursiva-Redação deverá ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas.

No tocante ao Direito Eleitoral, discorra, fundamentadamente, sobre as convenções partidárias.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	